



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO

Exercício de 2019

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		6.089.894,17	5.593.452,64	PASSIVO CIRCULANTE		5.525.414,86	7.744.877,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.382.833,08	4.816.193,89	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		456.386,08	2.351.042,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.382.833,08	4.816.193,89	PESSOAL A PAGAR		234.222,00	1.051.736,50
CONTA ÚNICA RPPS	F	314.258,52	131.435,25	PESSOAL A PAGAR	F	234.222,00	1.051.736,50
CONTA ÚNICA	F	3.925.357,04	2.376.797,64	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		2.582,90	282.245,88
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	1.143.217,52	2.307.961,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	2.582,90	282.245,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		128.494,95	234.657,68	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		219.581,18	1.017.059,90
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		128.494,95	234.657,68	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	482.926,08
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	32.919,80	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	200.367,75	381.747,33
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	95.575,15	234.657,68	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	19.213,43	152.386,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		578.353,07	542.601,07	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		2.267.767,51	2.847.919,66
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		578.353,07	542.601,07	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		2.267.767,51	2.847.919,66
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	33.435,18	29.186,42	FORNECEDORES NACIONAIS	F	2.266.392,71	2.839.666,01
FAMÍLIA PAGO				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	1.374,80	8.253,65
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	34.577,74	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	2.441,08
MATERNIDADE PAGO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	2.441,08
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS,	P	133.408,47	136.482,97	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A	F	0,00	2.394,44
DISTRITAIS E MUNICIPAIS				RECOLHER			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO	P	376.931,68	376.931,68	PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	46,64
PRAZO				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		2.801.261,27	2.543.474,74
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		213,07	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		2.801.261,27	2.543.474,74
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		213,07	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	2.747.174,19	2.509.664,30
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	213,07	0,00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	52.530,74	33.810,44
				OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.556,34	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.098.778,51	15.287.329,85	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		3.593.203,57	3.748.029,53
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.421.940,79	1.196.928,11	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		1.618.369,49	1.468.876,63
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		1.421.940,79	1.196.928,11	PESSOAL A PAGAR		146.791,03	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	1.194.314,86	924.977,21	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	146.791,03	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	177.940,10	270.362,10	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		1.471.578,46	1.468.876,63
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	49.685,83	1.588,80	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	1.194.314,86	924.977,21
IMOBILIZADO		14.676.837,72	14.090.401,74	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	277.263,60	543.899,42
BENS MÓVEIS		8.412.374,50	7.835.597,82	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		645.198,77	7.123,41
BENS DE INFORMÁTICA	P	13.125,61	6.747,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO		645.198,77	7.123,41
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	7.112.521,99	7.098.357,42	FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	793,11
VEÍCULOS	P	313.200,00	313.200,00	FORNECEDORES NACIONAIS	P	6.330,30	6.330,30
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	486.665,96	148.202,85	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES	P	638.868,47	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	486.860,94	269.090,55	NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO			
BENS IMÓVEIS		7.176.735,25	6.804.606,09	PROVISÕES A LONGO PRAZO		1.329.635,31	2.272.029,49
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	470.902,48	258.104,17	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		1.329.635,31	2.272.029,49
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	6.705.832,77	6.546.501,92	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS	P	27.420.492,59	25.753.617,77
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-912.272,03	-549.802,17	CONCEDIDOS			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-628.926,77	-266.456,91				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-283.345,26	-283.345,26				
TOTAL		22.188.672,68	20.880.782,49				

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARRAS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2019)



Exercício de 2019

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	17.530.414,09	17.632.224,77
				PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	-60.975.398,02	-41.113.813,05
				PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	P	17.354.126,65	0,00
				TOTAL PASSIVO		9.118.618,43	11.492.907,37
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.070.054,25	9.387.875,12
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
				PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		13.070.054,25	9.387.875,12
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		13.070.054,25	9.387.875,12
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	5.199.170,41	32.264.229,16
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	7.114.596,55	-22.876.354,04
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	756.287,29	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.070.054,25	9.387.875,12
				TOTAL		22.188.672,68	20.880.782,49

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesso em: https://etce.ce.gov.br/pt/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=89fcb94-5d28-4720-9c60-2a0a18e19705

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2019)



Exercicio de 2019

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	5.451.059,07	4.845.380,31	PASSIVO FINANCEIRO (5.525.414,86)+ Restos não Processado(107.001,26)	5.632.416,12	7.893.940,23
ATIVO PERMANENTE	16.737.613,61	16.035.402,18	PASSIVO PERMANENTE	3.593.203,57	3.747.236,42
			SALDO PATRIMONIAL	12.963.052,99	9.239.605,84

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
PREFEITA
054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86fdb94-5d28-4720-9c60-2a0a18ef9705

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2019)



Exercício de 2019

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES		12.000,00	12.000,00	COMPENSAÇÕES		1.067.519,80	1.041.943,58
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		12.000,00	12.000,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		1.067.519,80	1.041.943,58
TOTAL		12.000,00	12.000,00	TOTAL		1.067.519,80	1.041.943,58

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
 PREFEITA
 054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO

Exercício de 2019

1 de 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
310	SAÚDE-GERAL		3.250,00	3.250,00
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		3.250,00	3.250,00
001	Ordinario		837.745,22	-280.360,52
100	GERAL TOTAL		-114.776,30	-9.032,23
110	GERAL		26.767,21	-2.300,00
121	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		-572.302,54	1.073.812,60
200	EDUCAÇÃO		108.861,78	0,00
211	EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		637.458,30	0,00
250	EDUCAÇÃO-FUNDEB		3.227,65	0,00
300	SAÚDE		-9.871,10	0,00
310	SAÚDE-GERAL		-669.686,25	0,00
311	SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.743.024,70	-484.619,68
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		2.022,07	2.511,59
600	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		-136.037,99	-639.234,94
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		195,85	0,00
611	RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		289.426,09	87.470,71
01	TRANSFERENCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (ORDINÁRIO)		-470.564,25	-308.968,57
200	EDUCAÇÃO		-143.141,90	0,00
12	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (ORDINÁRIO)		-143.141,90	0,00
100	GERAL TOTAL		-270.069,27	0,00
200	EDUCAÇÃO		-11.094,00	0,00
252	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-157.063,02	0,00
54	CONTRIBUICOES PROVIDENCIARIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)		-101.912,25	0,00
110	GERAL		-19.213,43	-254.614,75
200	EDUCAÇÃO		-8.920,73	0,00
310	SAÚDE-GERAL		-500,28	0,00
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-4.791,49	0,00
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		-5.000,93	0,00
611	RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		0,00	-207.380,69
69	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PUBLICO (ORDINÁRIO)		0,00	-47.234,06
110	GERAL		-200.367,75	0,00
			-37.289,51	0,00

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
 PREFEITA
 054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO

Exercício de 2019

2 de 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
200	EDUCAÇÃO	-19.805,96	0,00
251	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	-588,06	0,00
252	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	-34.097,27	0,00
310	SAÚDE-GERAL	-99.237,05	0,00
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	-9.349,90	0,00
81	RECURSOS DE CONVENIOS (ORDINÁRIO)	-389.559,92	0,00
001	Ordinario	-660,00	0,00
200	EDUCAÇÃO	7.886,50	0,00
250	EDUCAÇÃO-FUNDEB	1.209,67	0,00
310	SAÚDE-GERAL	-374.415,88	0,00
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	-23.580,21	0,00
TOTAL		-181.357,05	-531.725,27

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
PREFEITA
054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93



BALANÇO PATRIMONIAL

NOTAS EXPLICATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 67/2019

2019



Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.



Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 67, de 04 de dezembro de 2019, bem como foram criados “novos”

demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo

XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2019, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 31.140.109,11. Esse valor representa 89,22% do total de receitas previstas para o exercício (R\$ 35.900.000,00). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 28.270.451,85, liquidação de R\$ 28.264.051,59 e pagamentos na ordem de R\$ 26.301.285,90. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (arrecadado menos o valor empenhado) ao final do exercício de 2019 foi de R\$ 5.080.248,15.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

Elisabeth Barros de Santana

Prefeita



a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Brejão – PE (PMT)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.131.076/0001-00
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Melquíades Bernardes, S/N – CEP: 55325-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2602407
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Brejão concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas próprias, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 657 de 07 de dezembro de 2018 (LOA para o ano de 2018)
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está de acordo com as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os Fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Elisabeth Barros de Santana. Cargo: Prefeita. Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: José Cadengue Lira Neto.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Julio César Sampaio.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://brejao.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2019, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2019, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		6.529.717,54	5.593.452,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.383.046,15	4.816.193,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.383.046,15	4.816.193,89
CONTA ÚNICA RPPS	F	314.308,52	131.435,25
CONTA ÚNICA	F	3.931.357,04	2.376.797,64
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	1.137.380,59	2.307.961,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		128.494,95	234.657,68
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		128.494,95	234.657,68
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	32.919,80	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	95.575,15	234.657,68
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		578.353,07	542.601,07
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		578.353,07	542.601,07
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	33.435,18	29.186,42
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	34.577,74	0,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P	133.408,47	136.482,97
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68
ESTOQUES		439.823,37	0,00
ALMOXARIFADO		439.823,37	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	P	234.215,93	0,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	36.909,19	0,00
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P	2.754,00	0,00
AUTOPEÇAS	P	4.650,62	0,00
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P	150.144,63	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	11.149,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2019 foram de R\$ 6.529.717,54, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2019 somam R\$ 5.383.046,15. O valor disponível apresentou Acréscimo de R\$ 56.6852,26 em relação ao exercício de 2018 que foi de R\$ 4.816.193,89.

Nota 03) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2019, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA					
	2015	2016	2017	2018	2019
IMOBILIÁRIA	R\$ 30.252,67	R\$ 28.407,70	R\$ 25.777,75	R\$ 93.501,98	R\$ 95.575,15
MERCANTIL	R\$ 13.62437	R\$ 13.338,72	R\$ 11.704,90	R\$ 11.017,54	R\$ 32.919,80
TOTAL	R\$ 1.392.689,67	R\$ 41.746,42	R\$ 37.482,65	R\$ 104.519,52	R\$ 128.494,95

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
Divida Ativa Tributária	R\$ 128.494,95	P
Dívida Ativa não tributária		
Créditos a Receber por reembolso de salário Família pago	R\$ 68.012,92	F
Créditos Ent. Estaduais, Distritais e Municipais	R\$ 133.408,47	P



Outros Créditos a receber	R\$ 376.931,68	P
Investimentos e aplicações temporárias a Curto Prazo		
Total	R\$ 578.353,07	

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2018 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2019 somam R\$ 0,00.

ATIVO NÃO CIRCULANTE		14.904.463,65	14.362.352,64
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		227.625,93	271.950,90
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		227.625,93	271.950,90
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	177.940,10	270.362,10
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	49.685,83	1.588,80
IMOBILIZADO		14.676.837,72	14.090.401,74
BENS MÓVEIS		8.412.374,50	7.835.597,82
VEÍCULOS	P	313.200,00	313.200,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	13.125,61	6.747,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	486.665,96	148.202,85
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	7.112.521,99	7.098.357,42
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	486.860,94	269.090,55
BENS IMÓVEIS		7.176.735,25	6.804.606,09
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	470.902,48	258.104,17
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	6.705.832,77	6.546.501,92
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-912.272,03	-549.802,17

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 14.904.463,65.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 227.625,93, corresponde a R\$ 177.940,10 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 49.685,83 de Créditos Tributários a Receber. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: O ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

		2019	2018
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		227.625,93	271.950,90
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	177.940,10	270.362,10
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	49.685,83	1.588,80

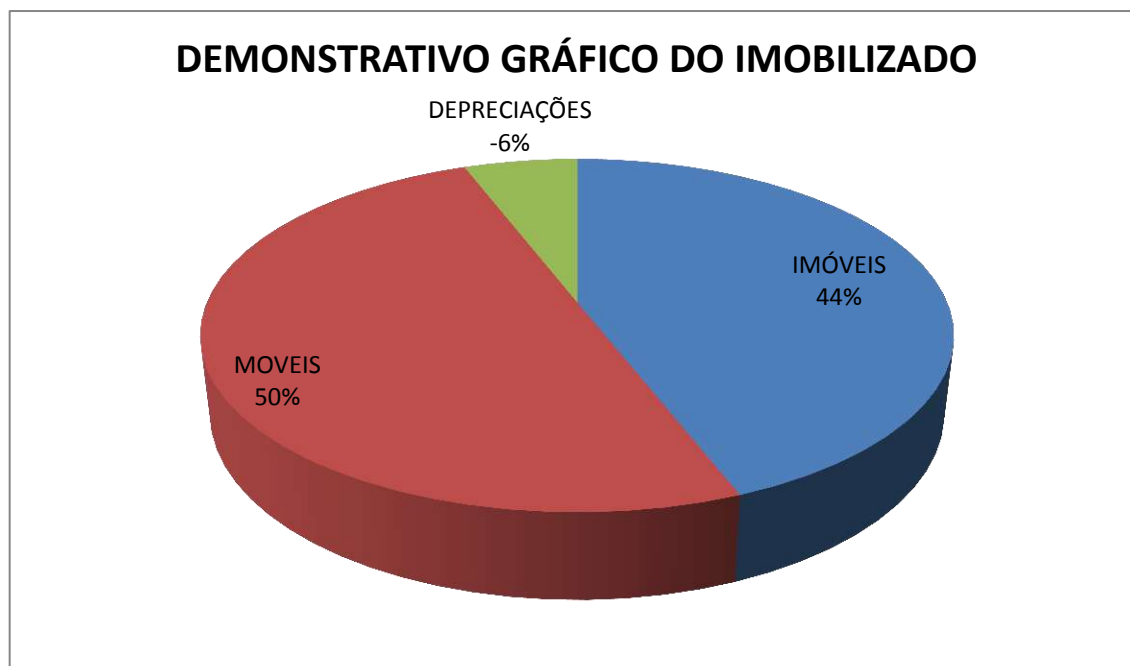
Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2018 totalizou R\$ 12.579.188,61. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 436.612,81, sendo R\$ 345.923,91, de bens móveis e R\$ 90.688,90 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2018 mais as incorporações de 2019 temos o saldo ao final de R\$ 13.015.801,42. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ 0,00 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Ver redação alternativa e recomendação para reavaliar os bens imóveis. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício



de 2019 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	
	VALOR (R\$)	
BENS MÓVIES	2019	2018
VEÍCULOS	R\$ 313.200,00	R\$ 323.200,00
BENS DE INFORMÁTICA	R\$ 13.125,61	R\$ 6.747,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R\$ 486.860,94	R\$ 48.202,85
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 7.176.735,25	R\$ 6.804.606,09
DEMAIS BENS MÓVEIS	R\$ 470.902,48	R\$ 269.090,55
(-)DEPRECIACÃO DE BENS MÓVIES ACUMULADOS	R\$ -628.926,77	R\$ -266.456,91
Subtotal	R\$ 7.831.897,51	R\$ 7.185.389,58

DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	
	VALOR (R\$)	
BENS IMÓVIES	2019	2018
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 470.902,48	R\$ 258.104,17
DEMAIS BENS IMÓVEIS	R\$ 6.705.832,77	R\$ 6.546.501,92
(-)DEPRECIACÃO DE BENS MÓVIES ACUMULADOS	R\$ -283.345,26	R\$ -283.345,26
Subtotal	R\$ 6.893.389,99	R\$ 6.521.260,83



Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis



PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		5.329.647,11	7.363.130,52
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		256.018,33	1.969.295,04
PESSOAL A PAGAR		234.222,00	1.051.736,50
PESSOAL A PAGAR	F	234.222,00	1.051.736,50
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		2.582,90	282.245,88
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	2.582,90	282.245,88
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		19.213,43	635.312,66
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	482.926,08
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	19.213,43	152.386,58
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		2.267.767,51	2.847.919,66
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		2.267.767,51	2.847.919,66
FORNECEDORES NACIONAIS	F	2.266.392,71	2.839.666,01
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	1.374,80	8.253,65
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	2.441,08
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	2.441,08
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	0,00	2.394,44
PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	46,64
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		2.805.861,27	2.543.474,74
VALORES RESTITUÍVEIS		2.801.261,27	2.543.474,74
CONSIGNAÇÕES	F	2.747.174,19	2.509.664,30
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	52.530,74	33.810,44
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.556,34	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		4.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS A LIBERAR	F	4.600,00	0,00

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2019 foram de R\$ 5.329.647,11.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 256.018,33.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P": ←

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
PESSOAL A PAGAR	R\$ 234.222,00	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 19.213,43	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 2.582,90	F
SUBTOTAL	R\$ 256.018,33	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 558.683,55 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi de R\$ 975.317,01.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 2.747.174,19, depósitos não judiciais de R\$ 52.530,74 e outros valores restituíveis de R\$ 1.556,34 que totalizaram o valor de R\$ 2.801.261,27. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.



PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		2.398.888,71	2.823.052,32
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		424.054,63	543.899,42
PESSOAL A PAGAR		146.791,03	0,00
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	146.791,03	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		277.263,60	543.899,42
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	277.263,60	543.899,42
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		645.198,77	7.123,41
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		645.198,77	7.123,41
FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	793,11
FORNECEDORES NACIONAIS	P	6.330,30	6.330,30
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	638.868,47	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		1.329.635,31	2.272.029,49
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		1.329.635,31	2.272.029,49
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	27.420.492,59	25.753.617,77
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	17.530.414,09	17.632.224,77
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	-60.975.398,02	-41.113.813,05
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	P	17.354.126,65	0,00
TOTAL PASSIVO		7.728.535,82	10.186.182,84

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2019 somam R\$ 2.398.888,71, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 146.791,03 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS e PRECATÓRIOS.

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 645.198,77 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO:

As provisões totalizaram **R\$ 1.329.635,31** são relativas as Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Conforme tabela a seguir:

PREVISÕES A LONGO PRAZO		ATRIBUTOS
PLANO PREVIDENCIÁRIO – CONCEDIDOS	R\$ 27.420.492,59	P
PLANO PREVIDENCIÁRIO – A CONCEDER	R\$ 17.530.414,09	
PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ -60.975.398,02	
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO P.	R\$ 17.354.126,65	
TOTAIS	R\$ 1.329.635,31	
TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		
a.1) valor contábil do início do período.		R\$ 2.272.029,49
a.2) valor contábil do final do período.		R\$ 1.329.635,31
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.		
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.		
d) valores não utilizados revertidos durante o período.		
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto		
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.		
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.		



MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 00888f1-d78a-4924-8b0c-d51e93776366

6 – RESULTADOS OBTIDOS

A Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade é de R\$ 540.668,33.

Responsabilidade Atuarial antes da Compensação Previdenciária

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R\$)
Riscos Expirados (A)	31.967.350,91
- Benefícios Concedidos	31.073.046,20
- Benefícios a Conceder (1)	894.304,71
Riscos Não Expirados (B) (1)	19.490.112,85
Total da Responsabilidade (A + B)	51.457.463,76
Ativo do Plano (AP)	304.801,41
Créditos a Receber (AP)	1.024.833,90
Déficit Atuarial (AP - A - B)	(50.127.828,45)
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para ajustes do plano	0,00

(1) Totalizam a Reserva de Benefícios a Conceder (pág 20)

Os valores da Responsabilidade Atuarial consideram as contribuições futuras dos servidores.

Compensação Previdenciária e Custo Especial

Responsabilidade Atuarial	Valor em R\$	Custo Especial
Total (+)	51.457.463,76	15,23%
A Pagar (+)	0,00	N / A
A Receber referente aos Ativos (-)	2.854.003,47	N / A
A Receber referente aos Inativos (-)	3.652.553,61	N / A
Prefeitura	44.950.906,68	15,23%

* em percentagem da folha de remuneração dos servidores em atividade.

Obs. 1: A Compensação Previdenciária a receber é a estimativa relativa à parte da Responsabilidade Atuarial concernente ao período de trabalho em que o servidor esteve vinculado ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social ou outros RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social e durante o qual contribuiu visando o recebimento de um benefício previdenciário. Da mesma forma, a Compensação Previdenciária a pagar é relativa aos Servidores que contribuíram ao RPPS deste estudo e migraram para o RGPS ou outros RPPS.

Obs. 2: Portanto, ocorrendo as compensações temos que a Responsabilidade Atuarial do Município passa de R\$ 51.457.463,76 para R\$ 44.950.906,68. A alíquota do Custo Especial não baixa devido ao escalonamento realizado.

Obs. 3: A Compensação Previdenciária referente aos Benefícios Concedidos foi calculada na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, estimada em função da média compensada entre os Servidores em Atividade, que possuem dados de todo o período de contribuição, e, com base no valor mensal remanescente dentre os benefícios concedidos, a Reserva Matemática foi reduzida proporcionalmente.



www.grupobra.com



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0088af1-d788-4924-900c-d51e93776366

6 – RESULTADOS OBTIDOS

A Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade é de R\$ 540.668,33.

Responsabilidade Atuarial após Compensação Previdenciária

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R\$)
Riscos Expirados (A)	27.940.903,97
- Benefícios Concedidos	27.420.492,59
- Benefícios a Conceder *	520.411,38
Riscos Não Expirados (B) *	17.010.002,71
Total da Responsabilidade (A + B)	44.950.906,68
Ativo do Plano (AP)	304.801,41
Créditos a Receber (AP)	1.024.833,90
Déficit Atuarial (AP - A - B)	(43.621.271,37)
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para ajustes do plano	0,00

* Totalizam a Reserva de Benefícios a Conceder

Os valores da Responsabilidade Atuarial consideram as contribuições futuras dos servidores.

Custo Mensal (em % da Folha Remuneratória dos Servidores em Atividade)

Benefício	Custo (% da Folha)	
	Sem Compensação	Com Compensação
Aposentadorias (AID, ATC e COM)	15,07%	15,07%
Aposentadorias por Invalidez	1,39%	1,39%
Pensão por Morte de Ativo	2,06%	2,06%
Pensão por Morte de Aposentado	1,48%	1,48%
Pensão por Morte Ap. por Invalidez	0,10%	0,10%
Auxílio Doença **	0,55%	0,55%
Salário Maternidade **	0,19%	0,19%
Auxílio Reclusão **	0,02%	0,02%
Salário Família **	0,27%	0,27%
Taxa Administrativa	2,00%	2,00%
Sub Total - Custo Normal com Taxa Administrativa	23,13%	23,13%
Ajuste Alíquota ****	6,86%	6,86%
Total - Custo Normal com Taxa Administrativa	29,99%	29,99%
Custo Especial (Suplementar) ***	15,23%	15,23%
Custo Total	45,22%	45,22%

Plano de Custeio conforme Certificado do DRAA	
CAP - Regime de Capitalização	16,65%
RCC - Regime de Capitais de Cobertura	3,45%
RS - Regime de Repartição Simples	1,03%

** Custos determinados em função da experiência dos últimos 36 meses e, caso não tenha havido observação, refere-se a expectativa para o próximo exercício.

*** Não houve estimativa de compensação, não baixando o Custo Especial, pois o déficit está sendo amortizado em plano de alíquotas escalonadas e crescentes.

**** A alíquota mínima do Ente Federativo deve ser de 11% devido à paridade prevista na legislação específica (Art. 2º da Lei 9.717/98 e Art. 4º da Lei 10.887/2004).



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c088a8cf-d78a-4924-800c-d51e93776366

6 - RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a tabela com o plano de amortização vigente e o valor atual utilizado para composição do resultado demonstrado na próxima página.

Valor Atual das Contribuições Especiais Futuras	60.975.398,02
Folha Salarial Mensal na Data da Avaliação (Base de Cálculo)	540.668,33
Pagamentos das Contribuições	Antecipado
Taxa anual de desconto	6,00%

Tempo após Base	Alíquotas Vigentes	Base de Cálculo	Contribuições Anuais	Valor Atual
0	15,23%	7.026.688,29	1.070.203,07	1.070.203,07
1	19,74%	7.098.975,17	1.401.644,37	1.322.306,01
2	24,26%	7.169.964,92	1.739.607,48	1.548.244,46
3	28,78%	7.241.664,57	2.084.189,68	1.749.925,85
4	33,30%	7.314.061,22	2.435.489,57	1.929.135,86
5	37,82%	7.387.222,03	2.793.607,04	2.087.545,69
6	42,33%	7.461.094,25	3.158.643,31	2.228.718,89
7	46,85%	7.535.705,19	3.530.700,94	2.348.117,77
8	51,37%	7.611.062,25	3.909.883,86	2.453.109,50
9	55,89%	7.687.172,87	4.296.297,37	2.542.971,81
10	60,41%	7.764.044,60	4.690.048,16	2.618.898,39
11	64,93%	7.841.685,04	5.091.244,33	2.682.004,00
12	69,44%	7.920.101,89	5.499.995,42	2.733.329,23
13	73,96%	7.999.302,91	5.916.412,42	2.773.845,01
14	78,48%	8.079.295,94	6.340.607,75	2.804.456,92
15	83,00%	8.160.088,90	6.772.695,35	2.826.009,14
16	87,52%	8.241.689,79	7.212.790,64	2.839.288,23
17	92,03%	8.324.106,69	7.661.010,57	2.845.026,73
18	96,55%	8.407.347,76	8.117.473,61	2.843.906,48
19	101,07%	8.491.421,23	8.582.299,81	2.836.561,75
20	105,59%	8.576.335,45	9.055.610,80	2.823.582,25
21	110,11%	8.662.098,80	9.537.529,77	2.805.515,91
22	114,62%	8.748.719,79	10.028.181,56	2.782.871,50
23	119,14%	8.836.206,99	10.527.692,63	2.756.121,10
24	123,66%	8.924.569,06	11.036.191,11	2.725.702,46
25	0,00%	9.013.814,75	0,00	0,00
26	0,00%	9.103.952,89		
27	0,00%	9.194.992,42		
28	0,00%	9.286.942,35		
29	0,00%	9.379.811,77		
30	0,00%	9.473.609,89		
31	0,00%	9.568.345,99		
32	0,00%	9.664.029,45		
33	0,00%	0,00		
34	0,00%	0,00		

O plano de amortização mostrado acima foi definido em avaliação atuarial anterior, que criou alíquotas anuais a serem aplicadas sobre a base de cálculo futura. Sua aplicação gera as contribuições demonstradas a serem realizadas no futuro. O valor atual deve ser abatido dos compromissos calculados na avaliação atual de maneira a formar o resultado. A taxa de juros atuarial (6,00% a.a.) é correspondente a previsão ganhos reais, acima da inflação, para rentabilidade do patrimônio.



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c088a8f1-d78a-4924-800c-451e93776366

6 - RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a contabilização das Reservas Matemáticas.

1.0.0.0.00.00	ATIVO	1.329.635,31
1.1.1.1.1.06.01	Bancos Conta Movimento – RPPS (+)	0,00
1.1.4.0.0.00.00	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (+)	0,00
1.2.1.1.1.01.71	Créditos a Longo Prazo (+) (parcelamento)	1.024.833,90
1.2.2.3.0.00.00	Investimentos do RPPS de Longo Prazo (+)	304.801,41
1.1.2.1.1.71.00	Créditos a Curto Prazo (+) (parcelamento)	0,00
1.2.3.0.0.00.00	Imobilizado (+)	0,00
2.2.7.2.0.00.00	PROVISAO MATEMATICA PREVIDENCIARIA A LONGO PRAZO	1.329.635,31
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	27.420.492,59
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário (+)	31.073.046,20
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	-3.652.553,61
2.2.7.2.1.03.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES PARA BENEFICIOS A CONCEDER	17.530.414,09
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário (+)	33.992.524,68
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	-10.256.202,06
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	-3.351.905,06
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	-2.854.003,47
2.2.7.2.1.04.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (-)	0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO	-60.975.398,02
2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos do Plano de Amortização (-)	-60.975.398,02
2.2.7.2.1.07.00	PROVISOES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIARIO	17.354.126,65
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário (+)	17.354.126,65
2.2.7.2.1.07.02	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.03	Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.98	Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano (+)	0,00
SUPERAVIT		0,00

Obs.: o superávit demonstrado acima, chamado de superávit escritural, considera que o plano de amortização do déficit vigente está, e continuará sendo cumprido. Teoricamente, como o valor atual do plano de amortização foi definido em avaliação anterior para gerar um equilíbrio, o valor superavitário demonstra que a evolução do plano no período desde a última avaliação gerou uma sobra na relação ativo-passivo.



6 – RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a contabilização das Reservas Matemáticas para onze meses seguintes. Note que o décimo segundo mês será substituído pela próxima avaliação atuarial, servindo apenas de base de cálculo para a estimativa das reservas mensais. Efetuamos uma avaliação atuarial projetada para 12 meses para efetuar uma interpolação linear, conforme fórmula abaixo, de modo a permitir a contabilização mensal. "V" é o valor a ser trabalhado e "k" é o mês (zero é a avaliação atual e 12 a avaliação projetada).

$$V_k = V_0 + \frac{V_{12} - V_0}{12} * k$$

1	VASF - Concedidos	VABF - Concedidos	VACF - Aposentados	VACF - Pensionistas	PMB/C	VABF - Aposentados	VACF - Pensionistas	VACF - Segurados	PMB/C	VACOMP - a Receber	VACOMP - a Pagar	VACOMP - a Receber	VACOMP - a Pagar	VACOMP - a Receber	VACOMP - a Pagar	Reserva Matemática
01	10.998.916,55	10.997.686,00	0,00	0,00	0,00	10.998.916,55	10.997.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.998.916,55	10.997.686,00	0,00	0,00	10.998.916,55
02	10.979.714,08	11.014.759,49	0,00	0,00	0,00	11.014.759,49	10.979.714,08	0,00	0,00	0,00	0,00	11.014.759,49	10.979.714,08	0,00	0,00	11.014.759,49
03	10.959.357,79	10.976.227,52	0,00	0,00	0,00	10.976.227,52	10.959.357,79	0,00	0,00	0,00	0,00	10.976.227,52	10.959.357,79	0,00	0,00	10.976.227,52
04	10.937.756,54	10.951.429,02	0,00	0,00	0,00	10.951.429,02	10.937.756,54	0,00	0,00	0,00	0,00	10.951.429,02	10.937.756,54	0,00	0,00	10.951.429,02
05	10.915.155,25	10.925.739,75	0,00	0,00	0,00	10.925.739,75	10.915.155,25	0,00	0,00	0,00	0,00	10.925.739,75	10.915.155,25	0,00	0,00	10.925.739,75
06	10.891.554,00	10.891.554,00	0,00	0,00	0,00	10.891.554,00	10.891.554,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.891.554,00	10.891.554,00	0,00	0,00	10.891.554,00
07	10.867.952,75	10.867.952,75	0,00	0,00	0,00	10.867.952,75	10.867.952,75	0,00	0,00	0,00	0,00	10.867.952,75	10.867.952,75	0,00	0,00	10.867.952,75
08	10.844.351,50	10.844.351,50	0,00	0,00	0,00	10.844.351,50	10.844.351,50	0,00	0,00	0,00	0,00	10.844.351,50	10.844.351,50	0,00	0,00	10.844.351,50
09	10.820.750,25	10.820.750,25	0,00	0,00	0,00	10.820.750,25	10.820.750,25	0,00	0,00	0,00	0,00	10.820.750,25	10.820.750,25	0,00	0,00	10.820.750,25
10	10.797.149,00	10.797.149,00	0,00	0,00	0,00	10.797.149,00	10.797.149,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.797.149,00	10.797.149,00	0,00	0,00	10.797.149,00
11	10.773.547,75	10.773.547,75	0,00	0,00	0,00	10.773.547,75	10.773.547,75	0,00	0,00	0,00	0,00	10.773.547,75	10.773.547,75	0,00	0,00	10.773.547,75
12	10.749.946,50	10.749.946,50	0,00	0,00	0,00	10.749.946,50	10.749.946,50	0,00	0,00	0,00	0,00	10.749.946,50	10.749.946,50	0,00	0,00	10.749.946,50

Os números acima foram fornecidos em planilha para que possam ser manipulados pela Contabilidade.

VASF	Valor Atual dos Salários Futuros	VACF - Entre	Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)
VABF - Concedidos	Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	VACF - Segurados	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Servidores, Aposentados e Pensionistas (Benefícios a Conceder)
VACF - Aposentados	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Aposentados (Benefícios Concedidos)	PMB/C	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder
VACF - Pensionistas	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Pensionistas (Benefícios Concedidos)	VACOMP - a Receber	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber
PMB/C	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	VACOMP - a Pagar	Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar
VABF - a Conceder	Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	VACOMP - a Receber	Valor Atual das Contribuições Futuras do Plano de Amortização





Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://eccc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c088a8f-d78a-4924-800c-d51e93776366

7 – DESTAQUES

Escalonamento para Amortização do Custo Especial (cont.)

Colocamos abaixo a tabela com as alíquotas, as contribuições e a evolução do saldo a ser amortizado. As alíquotas, ou os valores anuais, deverão constar na legislação de forma a serem aplicados no futuro. O plano deve ser mantido quando há superávit pela sua aplicação, conforme página 25, e vice-versa. Valor negativo a amortizar significa que o déficit atuarial está sendo quitado antes do prazo definido.

Folha de Pagamento dos Servidores em Atividade (anual)					7.028.688,29
Pagamentos das Contribuições					Antecipado
Taxa anual de desconto					6,00%
Ano de amortização	Alíquota	Repasses anuais	Juros	A Amortizar	Base de Cálculo
0				43.621.271,37	7.028.688,29
1	15,23%	1.070.203,07	2.553.064,10	45.104.132,39	7.098.975,17
2	19,74%	1.401.644,37	2.622.149,28	46.324.637,30	7.169.964,92
3	24,26%	1.739.607,48	2.675.101,79	47.260.131,61	7.241.664,57
4	28,78%	2.084.189,68	2.710.556,52	47.886.498,44	7.314.081,22
5	33,30%	2.435.489,57	2.727.060,53	48.178.069,40	7.387.222,03
6	37,82%	2.793.607,04	2.723.067,74	48.107.530,10	7.461.094,25
7	42,33%	3.158.643,31	2.696.933,21	47.645.820,01	7.535.705,19
8	46,85%	3.530.700,94	2.646.907,14	46.762.026,21	7.611.062,25
9	51,37%	3.909.883,86	2.571.128,54	45.423.270,90	7.687.172,87
10	55,89%	4.296.297,37	2.467.618,41	43.594.591,94	7.764.044,60
11	60,41%	4.690.048,16	2.334.272,63	41.238.816,41	7.841.685,04
12	64,93%	5.091.244,33	2.168.854,32	38.316.426,40	7.920.101,89
13	69,44%	5.499.995,42	1.968.985,86	34.785.416,84	7.999.302,91
14	73,96%	5.916.412,42	1.732.140,27	30.601.144,69	8.079.295,94
15	78,48%	6.340.607,75	1.455.632,22	25.716.169,15	8.160.088,90
16	83,00%	6.772.695,35	1.136.608,43	20.080.082,23	8.241.689,79
17	87,52%	7.212.790,64	772.037,50	13.639.329,09	8.324.106,69
18	92,03%	7.661.010,57	358.699,11	6.337.017,63	8.407.347,76
19	96,55%	8.117.473,61	-106.827,36	-1.887.283,34	8.491.421,23
20	101,07%	8.582.299,81	-628.174,99	-11.097.758,14	8.576.335,45
21	105,59%	9.055.610,80	-1.209.202,14	-21.362.571,08	8.662.098,80
22	110,11%	9.537.529,77	-1.854.006,05	-32.754.106,89	8.748.719,79
23	114,62%	10.028.181,56	-2.566.937,31	-45.349.225,76	8.836.206,99
24	119,14%	10.527.692,63	-3.352.615,10	-59.229.533,50	8.924.569,06
25	123,66%	11.036.191,11	-4.215.943,48	-74.481.668,08	
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					

Observação: por uma questão prática, para aplicação da alíquota, mantemos o percentual de acréscimo anual com duas casas decimais. Porém, para demonstrar a evolução da amortização do déficit, que deve atingir a nulidade ao final do prazo, deve-se aplicar a alíquota com todas as casas decimais, causando, eventualmente, diferenças de 0,01 p.p. em módulo.



7 - DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três

Estatísticas e Resultados	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Item				
Total de Servidores Ativos	297	280	268	337
Total de Servidores Aposentados	103	115	123	128
Total de Pensionistas	26	28	27	25
Folha Salarial dos Ativos (R\$)	378.089,03	380.098,40	415.823,68	540.668,33
Salário Médio (R\$)	1.273,03	1.357,49	1.551,58	1.604,36
Folha Salarial dos Inativos (R\$)	140.112,90	174.921,42	197.640,41	214.482,35
Benefício Médio (R\$)	1.086,15	1.223,23	1.317,60	1.401,85
Alíquota de Contribuição, incluindo Custo Normal e Especial e Auxílios, e a compensação (% da Folha de Ativos)	42,00%	35,77%	51,04%	45,22%
Idade Média				
Servidores em Atividade	44,70	45,67	46,00	43,12
Servidores Inativos	65,19	65,93	66,04	65,72
Pensionistas	55,43	56,25	55,81	57,77
Reserva Matemática Total (somente Regime de Capitalização)	41.389.829,92	46.675.211,39	49.392.910,98	51.457.463,76
Benefícios a Conceder	23.134.558,54	19.001.556,32	20.732.037,89	20.384.417,56
Benefícios Concedidos	18.255.271,38	27.673.655,07	28.660.873,09	31.073.046,20
Patrimônio	1.669.657,61	1.277.418,87	1.624.267,28	1.329.635,31
Estimativa da Compensação Previdenciária [Receber (+) ou Pagar (-)]	5.376.775,29	5.669.745,19	6.007.068,44	6.506.557,08
LDA - Limite de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado [Superávit (+) ou Déficit (-)]	-34.343.397,02	-39.728.047,33	-41.761.575,26	-43.621.271,37

Hipóteses Atuariais	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Item				
Método Atuarial (aposentadorias)	PUC	PUC	PUC	PUC
Tábua de Mortalidade para fins:				
de Aposentadoria	IBGE 2012	IBGE 2015	IBGE 2015	IBGE 2016
de Morte de Ativo ou Inativo	IBGE 2012	IBGE 2015	IBGE 2015	IBGE 2016
de Morte de Invalído	IBGE 2012	IBGE 2015	IBGE 2015	IBGE 2016
Tábua de Entrada em Invalidez	alvaro	alvaro	alvaro	alvaro
Taxas de longo prazo (a.a.)				
Retorno de Investimentos	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Crescimento Salarial	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Crescimento do Benefício	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real	100,00%	98,66%	98,66%	98,66%

Base	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Item				
Data da Avaliação	janeiro-2016	janeiro-2017	janeiro-2018	dezembro-2018
Inflação do Período (IPCA)		6,29%	2,95%	3,59%





www.grupobra.com



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c088a8f-d78a-4924-800c-d51e93776366

7 – DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

A melhor análise para se definir a hipótese de crescimento salarial é observar a legislação que define a carreira dos servidores e medir o impacto dos reajustes pré determinados. Este estudo deve ser realizado periodicamente como uma política de boas práticas.

Abaixo demonstramos a taxa real de crescimento salarial da folha de pagamentos dos Servidores do RPPS. As taxas anuais foram calculadas em comparação das folhas de pagamentos entre os períodos, excluindo-se os beneficiários dos salários que não constam das duas folhas simultaneamente. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. Note que o ano indicado refere-se ao do exercício do DRAA e, não, da base dos dados das avaliações realizadas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real", como vemos, esteja sempre abaixo da hipótese (1,00% a.a.) analisada no longo prazo.

Crescimento Salarial Real	2016	2017	2018	"Total"	Variação
%CS - Crescimento Salarial	6,64%	7,48%	1,24%	16,03%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	10,67%	6,29%	2,95%	21,10%	-1,41%

Abaixo demonstramos a taxa real de crescimento real dos benefícios concedidos da folha de pagamentos dos Servidores Inativos e Pensionistas. As taxas anuais foram calculadas em comparação das folhas de pagamentos entre os períodos, excluindo-se os beneficiários dos benefícios que não constam das duas folhas simultaneamente. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. Note que o ano indicado refere-se ao do exercício do DRAA e, não, da base dos dados das avaliações realizadas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real", como vemos, esteja sempre abaixo da hipótese (1,00% a.a.) analisada no longo prazo.

Crescimento Real do Benefício	2016	2017	2018	"Total"	Variação
%CB - Crescimento do Benefício	12,62%	-15,80%	3,82%	-1,55%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	10,67%	6,29%	2,95%	21,10%	-6,67%

Quanto à hipótese de crescimento para o valor dos benefícios, é diferente na avaliação mais antiga. A hipótese atual se justifica pela expectativa de reajuste futuro baseados na reposição inflacionária.

Quanto à rentabilidade do plano, a hipótese de Retorno de Investimentos é igual em todas as avaliações e corresponde ao valor máximo permitido pela legislação. O impacto é de aumento no custo quanto menor for a taxa, pois é uma taxa de desconto para o cálculo do valor atual dos benefícios futuros.



Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

Nas últimas três avaliações atuariais, desde 2016, ficaram estabelecidas as alíquotas de contribuição de 42,00%, 35,77% e 51,04%. Considerando-se os Patrimônios de cada avaliação anterior, R\$ 1.669.657,61, R\$ 1.277.418,87 e R\$ 1.624.267,28, respectivamente, as contribuições mensais, o retorno de investimentos, a inflação do período, medida pelo Índice previsto na política de investimentos informado a seguir, e as despesas com a folha de inativos e os auxílios, temos que o patrimônio líquido estimado é de, aproximadamente, R\$ 3.356.000,00, R\$ 2.042.000,00 e R\$ 2.472.000,00, respectivamente, considerando a aplicação inicial dos patrimônios informados nas databases das avaliações em estudo e a evolução do saldo.

Abaixo demonstramos a taxa real de rentabilidade do ativo do plano disponível para aplicações financeiras. As taxas nominais de rentabilidade foram informadas pelos responsáveis pelo RPPS. O Índice Inflacionário está previsto na Política de Investimentos. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real" esteja acima da hipótese (6,00%) a.a., mas num tempo maior de análise. **Não foram apresentadas as taxas.**

Rentabilidade Real do Ativo	2016	2017	2018	"Total"	Variação
Rentabilidade Nominal do Ativo	0,00%	8,54%	0,00%	8,54%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)		2,95%		2,95%	5,43%

O valor do Patrimônio, constituído até a data da atual avaliação é de R\$ 1.329.635,31 que, comparado ao valor calculado conforme parágrafo anterior, indica uma diferença negativa, contribuindo para o aumento do déficit histórico. O ativo é composto da seguinte forma:

Bancos Conta Movimento: R\$ 0,00
Aplicações Financeiras: R\$ 304.801,41
Créditos em Circulação: R\$ 1.024.833,90

O mercado financeiro vem sofrendo mudanças e observamos redução na rentabilidade das aplicações do patrimônio do RPPS. O Instituto deverá aplicá-lo de forma que a rentabilidade seja significativamente superior à Meta Atuarial prevista nesta avaliação, que é de 6,00% a.a. acima da inflação, que poderá ser medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE ou a critério dos representantes.

Observa-se uma tendência de queda da Selic, e os administradores do fundo deverão rever seus planos de investimentos, aumentando o risco para galgar maiores taxas ou reduzir a taxa de juros atuarial do plano previdenciário, o que acarretará um aumento das reservas matemáticas. A Secretaria de Previdência criou um mecanismo para a definição da taxa de juros, que depende do prazo médio do passivo atuarial, e deve ser observado o parecer deste relatório.





Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c088a8f3-d78a-4924-800c-d51e93776366

8 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade tem objetivo de mostrar aos administradores do RPPS os impactos sobre os custos e reservas matemáticas diante de uma mudança em uma ou mais variáveis envolvidas em todo o planejamento para manutenção do fundo previdenciário. Em outras palavras, **quão sensível é o custo do plano em face da mudança de uma hipótese atuarial.**

As hipóteses que mais afetam os resultados, como vimos, que estarão em nossos comentários a seguir, são as que definem diretamente o valor dos benefícios futuros e o valor dos compromissos atuais para o pagamento desses benefícios.

- Taxa de Juros Real
- Crescimento Real do Salário do Servidor em Atividade
- Crescimento Real do Valor do Benefício Concedido
- Tábua de Sobrevidência

Todas as avaliações realizadas nesse item desconsideram a Compensação Financeira.

Taxa de Juros Real

A taxa de juros máxima permitida pela legislação é de 6,00% a.a. e é utilizada para definir o valor atual dos benefícios futuros (reservas matemáticas), sendo um fator de desconto, ou seja, reduz o valor dos compromissos considerando que haverá ganhos reais de capital sobre as garantias financeiras a serem teradas para o pagamento dos benefícios a serem concedidos. Portanto, reduzindo-se a taxa de juros teremos um aumento dos valores das reservas matemáticas e, por consequência, aumento dos custos.

Podemos observar que a taxa de juros é uma hipótese que deve ser acompanhada com muito rigor, pois está diretamente ligada a um organismo fora do controle do RPPS, o mercado financeiro, que possui inúmeras variáveis e inúmeros agentes influenciadores. É de se esperar uma recomendação da SPS – Secretaria de Previdência Social a fim de baixar o teto de 6,00% a níveis mais aceitáveis para a garantia de rentabilidade futura dos ativos do RPPS.

Mantendo-se fixas as variáveis citadas (tábua de sobrevivência, crescimento real salarial e dos benefícios), baixando-se a taxa de juros em 0,25 p.p. e 0,50 p.p. temos a seguinte comparação em relação aos resultados obtidos na avaliação atuarial (1ª linha da tabela) (também se observa resultados com a taxa zero, pois há exigência na legislação):

Taxa de Juros	RMBC	Var	RMBaC	Var	CN	Var	CE	Var
6.00% a.a.	31.073.046,20		20.384.417,56		15,07%		15,23%	
5.75% a.a.	31.784.418,74	2,29%	24.485.787,38	20,12%	18,93%	25,61%	15,23%	0,00%
5.50% a.a.	32.524.934,31	4,67%	25.619.074,24	25,68%	19,94%	32,32%	15,23%	0,00%
0.00% a.a.	62.596.219,46	101,45%	85.985.655,66	321,82%	79,20%	425,55%	15,23%	0,00%

RMBC = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos

CN = Custo Normal das Aposentadorias

O percentual apresentado é o CN – Custo Normal para as aposentadorias programáveis, pois reflete a parte de maior significância do custo e o objetivo é mostrar o impacto. O CE – Custo Especial não é diretamente proporcional à variação (Var) das Reservas Matemáticas devido ao desconto do Ativo para definição do Passivo Atuarial a descoberto.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.505.277,62	9.387.875,12
RESULTADOS ACUMULADOS		13.505.277,62	9.387.875,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		13.505.277,62	9.387.875,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	5.634.393,78	32.264.229,16
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	7.114.596,55	-22.876.354,04
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	756.287,29	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.505.277,62	9.387.875,12
TOTAL		21.233.813,44	19.574.057,96

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfaz em 2019 valor de R\$ - 13.505.277,62. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 9.387.875,12. O Resultado do Exercício foi no valor de R\$ 13.505.277,62. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

RESULTADOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	R\$ 7.114.596,55
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 756.287,29
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ 5.634.393,78
PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 13.505.27,62

ATIVO FINANCEIRO	5.451.059,07	4.845.380,31	PASSIVO FINANCEIRO (5.329.647,11)+ Restos não Processados(107.001,26)	5.436.648,37	7.512.192,91
ATIVO PERMANENTE	15.983.122,12	15.110.424,97	PASSIVO PERMANENTE	2.398.888,71	2.822.259,21
			SALDO PATRIMONIAL	13.598.644,11	9.621.353,16

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 5.451.059,07.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 15.983.122,12.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 5.329.647,11, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 107.001,26 perfazem o total de R\$ 5.436.648,37.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 2.398.888,71.

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	91.560,00	12.000,00	COMPENSAÇÕES	1.067.519,80	1.041.943,58
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CON	91.560,00	12.000,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	1.067.519,80	1.041.943,58
TOTAL	91.560,00	12.000,00	TOTAL	1.067.519,80	1.041.943,58

Nota 30) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi R\$ 91.560,00.

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi R\$ 1.067.519,80 provenientes de Execução de obrigações contratuais.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- d.2. Divulgações não financeiras:**
Não se aplica a este demonstrativo.
- d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**
Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2019	31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2019	31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 067/2019 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as



contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

G.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2019 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

G.4.Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

G.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2019. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

G.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

G.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

G.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

G.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício de 2019 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil

G.10.Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

G11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

G.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

G.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário:**BRA Consultoria e Sistemas – Endereço: Av. José Monteiro de Figueiredo, 212 – Sala 702 - Bairro Duque de Caxias Cuiabá- MT – 78.043-300 - CNPJ/MF: 09.022.900/0001-04 .**

G.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

G15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

G.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

G.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

G. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
TOTAL		0,00

G 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.



G. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário:



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://eccc.tec.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: c088a8cfd78a-492-1-8b0c-d51e93776366

11 – PARECER ATUARIAL

As Contribuições devem ser iniciadas logo após o conhecimento deste relatório e, mantidas até a data da próxima reavaliação do Plano e também incidem sobre o décimo terceiro salário.

O plano de custeio define as alíquotas necessárias para garantia de todos os benefícios futuros, programáveis ou não, ou seja, garante as aposentadorias, que possuem suas regras de elegibilidade, e garante os benefícios de risco, de invalidez e morte sem necessidade de repasse de riscos a empresas seguradoras ou resseguradoras. Os benefícios de risco podem ocorrer antes ou após a aposentadoria e observamos alíquotas segregadas para garantia de pagamento de cada um dos benefícios para os beneficiários caso ocorram a morte de Servidores em atividade ou a de aposentados ou a de aposentados por invalidez.

Contribuinte	Custo	
	Normal	Suplementar
Ente Público	18,99 %	15,23%
Servidor Ativo	11,00 %	0,00 %
Servidor Aposentado	11,00 %	0,00 %
Pensionista	11,00 %	0,00 %
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público	FRA	FRA

FRA = Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade

A duração do passivo, conforme previsto na Instrução Normativa nº 2 de 21/12/2018, a ser utilizada na próxima avaliação atuarial do exercício seguinte, é 14,21 anos. Este valor deverá ser observado na Tabela de Apuração de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (a ser divulgada no primeiro semestre do ano seguinte à base desta avaliação) para obtenção da taxa de juros a ser utilizada na próxima avaliação atuarial (caso não se observe o valor na tabela, usar o imediatamente anterior). A taxa deverá ser mote de discussão e aprovação pelos gestores do RPPS, antecedendo a Política de Investimentos e a definição da base técnica da próxima avaliação atuarial.

Este é o primeiro ano em que se demonstra o resultado da duração do passivo, não sendo possível uma análise de sua evolução conforme previsto na IN nº 2. A partir da Tabela de Apuração divulgada pela Portaria nº 50 de 28/12/2018, os prazos a partir de 10 (dez) anos permitem o uso da Taxa de Juros na ordem de 6,00% a.a. para o cálculo atuarial do exercício de 2019. Nota-se que, quanto maior o prazo, maior será a taxa a ser usada, e vice-versa. A manutenção da mesma base de dados, sem a entrada de novos segurados mais jovens, reduz o valor da duração do passivo, reduzindo a Taxa de Juros Parâmetro para a próxima avaliação atuarial.

Este relatório está de acordo a Portaria MPAS nº 464 de 19/11/2018 além da legislação já citada. Alguns itens exigidos, para informação mínima na Avaliação Atuarial, constam da Nota Técnica Atuarial, do relatório das Projeções Atuariais realizadas e do DRAA – Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, já enviados à SPS sendo, este último, entregue em via eletrônica através do “website” do CADPREV - Sistema de Informações do Regimes Públicos de Previdência Social.

Álvaro Henrique Ferraz de Abreu
Atuário MIBA 1.072

ALVARO HENRIQUE FERRAZ DE ABREU:10466418833
Assinado de forma digital por ALVARO HENRIQUE FERRAZ DE ABREU:10466418833
Dados: 2019.07.09 19:58:22 -03'00'



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://eetecrce.pe.gov.br/epip/validaDoc.aspx> Código do documento: 86fd694-5d28-4720-9c60-2a0418c49705



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://eetecrce.pe.gov.br/epip/validaDoc.aspx> Código do documento: c088a6-fd78a-4921-8b0c-d51e93776366

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

Fundo de Previdência Municipal de Brejão

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE OS
RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Maio de 2019



PROJEÇÃO ATUARIAL: INTRODUÇÃO

Quando um Plano de Benefícios de ordem previdenciária é implantado existe uma série de controles que precisam ser feitos com o objetivo de dar consistência e equilíbrio à sua continuidade.

Um dos controles necessários, obrigatório pela Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) artigo 53, parágrafo 1º, inciso II, ou, para complemento da Avaliação Atuarial anual, conforme Portaria MPAS nº 464 de 19/11/2018, é a Projeção Atuarial, que é um Fluxo de Receitas e Despesas ao longo do tempo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não cita o prazo pelo qual a Projeção deva ser feita, por isso utilizamos 75 (setenta e cinco) anos para cumprir a exigência desta Lei, utilizando o mesmo prazo da Portaria 464 que exige que o prazo seja de 75 (setenta e cinco) anos.

O Regime Próprio de Previdência instituído em Bujão, como em todo e qualquer plano de natureza previdenciária, necessita que seus dirigentes e responsáveis acompanhem constantemente sua evolução, através da Avaliação Atuarial e da Projeção Atuarial, para que atenda os fins pretendidos e fique sob seu controle.

O objetivo deste relatório é documentar os resultados obtidos na análise que foi feita considerando a evolução da massa de Servidores em atividade, bem como dos aposentados e pensionistas, a partir da base e resultados da última Avaliação Atuarial, acrescentando-se variáveis atuariais para determinação do número de mortes e entradas em benefício de invalidez ao longo do tempo.



Documento Assinado Digitalmente por ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://ecccetec.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: c088a8c-fd78a-4924-8b0c-d51e93776366

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://ecccetec.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: 86fd694-5d28-4720-9c60-2a0a18e97705



PROJEÇÃO ATUARIAL: PARECER ATUARIAL

Com base nos dados que nos foram fornecidos pelo Município de Brejão, podemos afirmar que tais dados estão satisfatoriamente completos para efeitos de estudos atuariais. A amplitude e a consistência dos dados estão contemplados no DRAA, que complementa este relatório, respectivamente nas abas "Avaliação Crítica" e "Tratamento da Base Cadastral".

A base de dados utilizada é a mesma que gerou o relatório da Avaliação Atuarial Anual descrita na primeira parte deste relatório.

A formulação utilizada, bem como os motivos da utilização de determinadas hipóteses, para determinação do resultado do Fluxo Financeiro, constam em Nota Técnica Atuarial enviada à SPS – Secretaria de Previdência Social.

Tabela de Evolução de Novas Aposentadorias (pág. 6 a seguir)

Esta tabela mostra o número de servidores que devem se aposentar por tempo de contribuição, por idade ou compulsoriamente, ao longo do tempo, mostrando o total de salários atual e o total projetado para a data da aposentadoria.

O "k" representa o tempo faltante para a aquisição do benefício, ou seja, exemplificando, temos 2 servidores que poderão requerer o benefício imediatamente pois o "k" é igual a 0. O valor de "k" foi determinado com base na legislação, considerando-se as regras, permanente e de transição, para contagem do tempo para aposentadoria.

A hipótese para a entrada de novos servidores ao longo do tempo, afeta apenas a quantidade de servidores em atividade, mas é demonstrada apenas no fluxo de receitas e despesas.

Teoricamente, o máximo que o "k" pode atingir é 40 anos (para servidores com idade muito baixa na data da avaliação e que se enquadram na regra permanente, o "k" pode ser maior do que 40), quando a atual população de ativos deverá estar extinta devido às aposentadorias e às mortes.

Parâmetros Iniciais e Hipóteses Adotadas (pág. 11 a seguir)

Os principais parâmetros iniciais e hipóteses, adotados para este estudo, foram definidos na Avaliação Atuarial do Regime Próprio e por estatísticas realizadas sobre a massa de servidores na data daquela avaliação.

Utilizamos as idades iniciais médias de 60, 50 e 45 anos (médias de massas de outros estudos realizados), para aposentadorias normais, aposentadorias por invalidez e pensões por morte, respectivamente, pois não há servidores recebendo estes benefícios e os cálculos dependem de uma hipótese inicial, mas apenas quando não há observação desses benefícios na data base da avaliação.

Como utilizamos o regime de Repartição Simples para definição dos Auxílios, considerando-se que o valor arrecadado será gasto com o pagamento das despesas, o Fluxo Financeiro reflete a entrada e a saída dos valores apenas para demonstração.





PROJEÇÃO ATUARIAL: PARECER ATUARIAL

População Anual em Estudo (pág. 12 a seguir)

A população anual em estudo foi definida a partir dos parâmetros iniciais, do número de aposentadorias da Tabela de Evolução de Novas Aposentadorias e mediante cálculos atuariais que definiram o número de falecimentos de servidores em atividade, número de falecimentos de servidores inativos, válidos ou inválidos, que geram benefícios de pensão por morte, número de falecimentos de pensionistas, extinguindo a responsabilidade do Instituto, e o número de servidores que passam a ser inválidos, gerando benefícios de aposentadoria por invalidez.

Note que há Aposentadorias por Invalidez, estimadas ao longo do tempo, pois a massa em estudo é significativa, apesar de a probabilidade de se tornar inválido ser pequena. Note que o número de Aposentadorias por Invalidez diminui ao longo do tempo, pois a massa em estudo é significativa e a probabilidade de morte é grande.

O gráfico da página 13 mostra a evolução das populações. As observações mais importantes são nos primeiros vinte anos, aonde se percebe o momento crítico para contratação de novos Servidores. Note que o número de Servidores em Atividade torna-se nulo, pois não consideramos a reposição dos aposentados, falecidos e inválidos. A tendência é que toda a massa seja extinta e o ideal é que a linha de Servidores em Atividade permaneça acima das demais linhas, dos benefícios.

Fluxo Financeiro de Receitas e Despesas (pág. 15 a seguir)

O custo normal é aplicado sobre a folha de pagamentos dos servidores em atividade, que é projetada anualmente em função da população estimada conforme hipóteses atuariais e a definição da data de aposentadoria de cada servidor.

A contribuição relativa ao Passivo Atuarial, chamada de Custo Especial, foi calculada na última Avaliação Atuarial para ser amortizada conforme previsto na primeira parte deste relatório e é apresentada no fluxo com mesmo efeito. A folha de pagamentos dos servidores em atividade é decrescente devido às aposentadorias e às mortes estimadas e a não utilização da hipótese de entrada de novos servidores ao longo do tempo na base de cálculo.

Os auxílios (auxílio doença, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão) são calculados em função da observação das ocorrências dos três anos anteriores e/ou da expectativa de gastos para o ano seguinte e são demonstrados no fluxo tanto nas despesas como nas receitas, não afetando o resultado, pois são benefícios não programados e estima-se que serão gastos os recursos arrecadados.

Dívidas a receber do Município são constantes no fluxo e são determinadas em função do prazo restante e do valor que está sendo pago na data da avaliação. Caso haja dívidas na rubrica "outros créditos", estas serão somadas nas receitas do primeiro ano.





www.grupobra.com

PROJEÇÃO ATUARIAL: PARECER ATUARIAL

Fluxo Financeiro de Receitas e Despesas (cont.)

A Compensação Previdenciária é descontada da folha de inativos projetada em função do percentual (item “% da Responsabilidade do RPPS” na página 10 a seguir) obtido entre a relação dos valores das reservas matemáticas descontadas da estimativa de compensação e das reservas sem a consideração da compensação. Porém, a contribuição sobre os benefícios é demonstrada na coluna “Receitas Normais do Servidor”.


Os juros são comutados apenas em caso de saldo acumulado positivo. Note que em 2.044 as despesas serão maiores que as receitas.

Conclusão

Considerando a hipótese de que novos servidores ingressarão no serviço público municipal, observamos a folha de pagamento aumentar nos momentos de aplicação da hipótese “novos entrados”, aumentando também o nível da contribuição futura, observando também o crescimento do patrimônio. O efeito contrário também ocorre, pois os servidores inseridos pela hipótese podem gerar benefícios por morte e invalidez.

Como o Ente terá que manter seu quadro de servidores em número suficiente para que a prestação de serviços municipais não seja interrompida, concluímos que o futuro do Regime Próprio não corre riscos de insolvência.

Contudo, recomendamos que seja mantido processo de acompanhamento das ocorrências de concessão de quaisquer benefícios e do cadastro dos servidores em atividade e aposentados, bem como dos pensionistas, para que os estudos futuros tenham subsídios confiáveis, permitindo projeções mais próximas da realidade.


Álvaro Henrique Ferraz de Abreu
Atuário MIBA 1.072



PROJEÇÃO ATUARIAL: EVOLUÇÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS

Ano Base	k	Nº de Servidores	Salários na		Idades Médias na	
			Avaliação	Aposentadoria	Avaliação	Aposentadoria
2019	0	2	5.083,29	5.015,17	54,90	52,49
2020	1	2	4.077,43	4.046,88	54,74	55,34
2021	2	4	13.869,99	13.936,04	50,27	52,08
2022	3	4	10.319,82	10.454,28	51,41	54,06
2023	4	3	5.994,38	6.128,85	49,07	52,65
2024	5	6	13.752,37	14.216,54	48,46	53,14
2025	6	16	19.205,03	20.010,20	53,32	58,83
2026	7	9	14.878,65	15.658,58	48,55	55,07
2027	8	8	14.502,74	15.311,63	49,79	57,46
2028	9	2	2.242,10	2.410,31	45,31	53,92
2029	10	2	2.401,21	2.606,90	44,33	53,95
2030	11	2	4.968,62	4.248,49	54,13	64,40
2031	12	45	96.127,95	93.791,80	45,76	56,99
2032	13	7	15.073,62	14.011,05	45,95	58,37
2033	14	3	4.372,00	4.241,13	53,14	66,67
2034	15	7	9.705,97	9.699,55	52,30	66,86
2035	16	3	5.487,09	5.619,69	37,53	52,91
2036	17	42	53.910,52	54.416,59	47,08	63,20
2037	18	5	5.634,97	5.614,61	45,32	62,83
2038	19	8	9.844,78	10.025,10	44,27	62,81
2039	20	20	24.010,06	24.479,82	45,04	64,15
2040	21	5	7.328,35	6.921,41	44,20	64,42
2041	22	24	30.223,98	31.004,21	45,73	66,84
2042	23	2	2.420,25	2.280,03	52,22	75,00
2043	24	6	7.552,13	7.561,88	41,48	64,92
2044	25	38	57.344,36	62.157,96	37,23	61,46
2045	26	3	5.100,74	5.549,22	31,37	56,67
2046	27	3	4.517,05	4.927,31	30,86	57,11
2047	28	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	29	1	1.238,82	1.353,67	31,77	60,00
2049	30	27	51.996,55	59.121,09	32,80	62,18
2050	31	5	7.267,02	8.332,27	24,25	55,00
2051	32	2	6.000,00	6.412,20	43,04	75,00
2052	33	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	34	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	35	13	16.536,68	19.316,99	33,30	67,76
2055	36	3	2.909,81	3.417,28	24,52	60,00
2056	37	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	38	1	954,00	1.128,05	22,90	60,00
2058	39	3	2.862,00	3.412,96	21,58	60,00
2059	40	1	954,00	1.139,72	20,93	60,00
2060	41	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	42	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	43	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	44	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	45	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	46	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	47	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	48	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	49	0	0,00	0,00	0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesso em: https://eccc.tec.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm Código do documento: c088a6-fd78a-4921-8b0c-d51e93776366

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesso em: https://eccc.tec.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm Código do documento: 86fd994-5d28-4720-9e60-2a0a18e49705



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://eccc.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.aspx?documento=c088a5c-fd78a-4921-8b0c-d51e93776366>

PROJEÇÃO ATUARIAL: EVOLUÇÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS

Ano Base	k	Nº de Servidores	Salários na		Idades Médias na	
			Avaliação	Aposentadoria	Avaliação	Aposentadoria
2069	50	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	51	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	52	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	53	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	54	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	55	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	56	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	57	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	58	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	59	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	60	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	61	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	62	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	63	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	64	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	65	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	66	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	67	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	68	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	69	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	70	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	71	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	72	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	73	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	74	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs. 1: Os salários médios na aposentadoria podem ser menores devido a proporcionalidade imposta aos benefícios de Aposentadoria por Idade e Aposentadoria Compulsória.

Obs. 2: As idades médias na aposentadoria podem ser menores devido a servidores que já se tornaram elegíveis a um benefício de aposentadoria, mas permanecem em atividade.



www.grupobra.com

PROJEÇÃO ATUARIAL: PARÂMETROS INICIAIS E HIPÓTESES ADOTADAS

Tábuas Biométricas	
Mortalidade	IBGE 2016
Entrada em Invalidez	Álvoro Vindas
Mortalidade de Invalídidos	IBGE 2016

Patrimônio Inicial (R\$)	304.801,41
---------------------------------	------------

Contribuintes do RPPS	% de Contribuição
Patronal	15,96%
Especial + Aportes	15,23%
Especial (relativo aos Servidores Inativos)	0,00%
Dívidas e outros Créditos a Receber	5,59041%
Despesas Administrativas	2,00%
Auxílios	1,03%
Servidores em Atividade	11,00%
Servidores Inativos	11,00%
Pensionistas	11,00%

* Veja Observação abaixo

% de contribuição aplicado sobre a folha de pagamentos dos servidores em atividade.

Massa de Servidores	Folha Salarial (R\$)	Nº de Servidores	Salário Médio (R\$)
Ativos	540.668,33	337	1.604,36
Aposentados	172.222,83	115	1.497,59
Aposentados por Invalidez	16.819,67	13	1.293,82
Pensionistas	25.439,85	25	1.017,59
Total	755.150,68	490	1.541,12

Massa de Servidores	Idade Média
Ativos	43,1
Aposentados	65,2
Aposentados por Invalidez	69,9
Pensionistas	57,8

Outras Hipóteses	Utilizado
Taxa Real de Juros Anual	6,00%
Taxa de Inflação	NÃO UTILIZADO
Crescimento Salarial Real Anual	1,00%
Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%
Novos Entrados / Rotatividade	NÃO UTILIZADO
Diferença entre Servidor e Cônjuge	3
% de Servidores Ativos que geram Pensão	95,00%
% de Servidores Inativos que geram Pensão	95,00%
% Responsabilidade Atuarial RPPS	87,36%

* Observação: o prazo de amortização da dívida está definido em 2,83 anos, em média.

Observação: O prazo utilizado é ponderado no valor das dívidas apresentadas.

Observação: O Patrimônio Inicial, da Projeção, não inclui Dívidas a Receber e os Ativos Fixos.



Documento Assinado Digitalmente por ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://ecccetec.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: c088a8c-fd78a-492-1-8b0c-d51e93776366

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://ecccetec.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: 86fd994-5d28-4720-9c60-2a0418e99705



PROJEÇÃO ATUARIAL: POPULAÇÃO ANUAL EM ESTUDO

Ano	Nº de Base	Nº de Ativos	Nº de Aposentados	Nº de Ap Invalidez	Nº de Pensionistas	Total
2019		337	115	13	25	490
2020		333	115	14	28	490
2021		328	115	15	31	489
2022		321	117	16	34	489
2023		314	119	18	37	488
2024		308	119	19	41	487
2025		299	122	20	45	487
2026		280	135	21	50	486
2027		267	140	22	55	485
2028		256	144	23	61	484
2029		250	141	24	67	482
2030		244	138	25	73	481
2031		238	134	26	80	479
2032		189	173	27	87	476
2033		178	172	28	96	474
2034		171	166	28	105	471
2035		160	164	28	115	467
2036		153	157	28	124	463
2037		107	189	28	134	458
2038		99	180	28	145	452
2039		88	175	27	156	445
2040		65	181	26	166	438
2041		57	170	24	177	429
2042		31	178	23	186	418
2043		28	163	21	196	407
2044		20	151	18	204	394
2045		0	172	16	211	399
2046		0	150	13	219	383
2047		0	130	11	224	365
2048		0	111	8	227	346
2049		0	93	6	226	325
2050		0	77	5	222	303
2051		0	62	3	215	280
2052		0	49	2	206	257
2053		0	37	1	194	232
2054		0	27	1	180	207
2055		0	19	0	164	183
2056		0	12	0	146	158
2057		0	7	0	128	135
2058		0	3	0	109	112
2059		0	1	0	90	91
2060		0	0	0	71	72
2061		0	0	0	54	55
2062		0	0	0	40	40
2063		0	0	0	27	27
2064		0	0	0	18	18
2065		0	0	0	10	10
2066		0	0	0	5	5
2067		0	0	0	2	2
2068		0	0	0	0	0



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://eccc.tce-pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: c088aefc-fd78a-4921-8b0c-d51e93776366



PROJEÇÃO ATUARIAL: POPULAÇÃO ANUAL EM ESTUDO

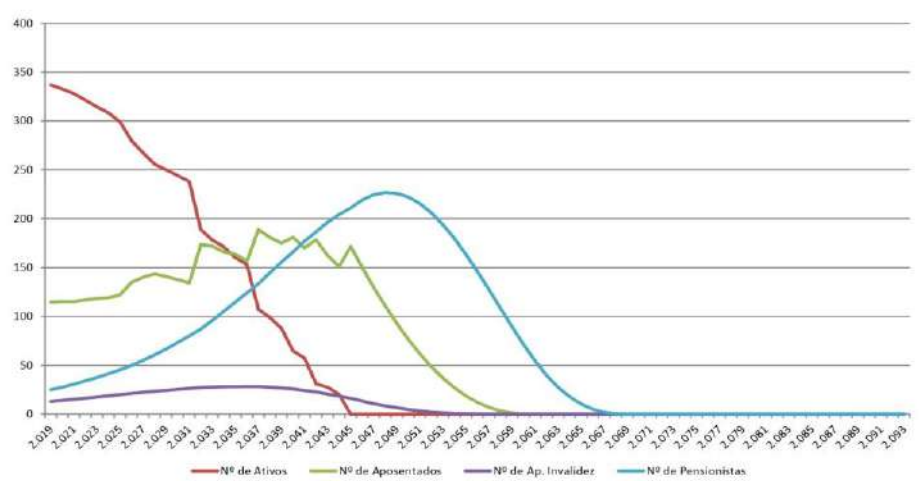
Ano	Nº de	Nº de	Nº de	Nº de	Total
Base	Ativos	Aposentados	Ap Invalidez	Pensionistas	
2069	0	0	0	0	0
2070	0	0	0	0	0
2071	0	0	0	0	0
2072	0	0	0	0	0
2073	0	0	0	0	0
2074	0	0	0	0	0
2075	0	0	0	0	0
2076	0	0	0	0	0
2077	0	0	0	0	0
2078	0	0	0	0	0
2079	0	0	0	0	0
2080	0	0	0	0	0
2081	0	0	0	0	0
2082	0	0	0	0	0
2083	0	0	0	0	0
2084	0	0	0	0	0
2085	0	0	0	0	0
2086	0	0	0	0	0
2087	0	0	0	0	0
2088	0	0	0	0	0
2089	0	0	0	0	0
2090	0	0	0	0	0
2091	0	0	0	0	0
2092	0	0	0	0	0
2093	0	0	0	0	0



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://etecftec.pe.gov.br/ep/validaDoc.scam> Código do documento: c088acfd78a-4924-800c-d51e93776366



PROJEÇÃO ATUARIAL: GRÁFICO EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA GERAÇÃO ATUAL



BRA Consultoria e Sistemas - Endereço: Av. José Monteiro de Figueiredo, 212 - Sala 702 - Bairro Duque de Caxias

13



PROJEÇÃO ATUARIAL: FLUXO FINANCEIRO DE RECEITAS E DESPESAS (Geração Atual + Geração Futura)

Ano Base	Receitas Projetadas para o Final do Ano				Despesas Projetadas para o Final do Ano			Resultado Previdenciário c = a - b	Saldo Financeiro Do Exercício (d) d = c + d anterior
	Servidor Normal	Patronal	Amortização do Déficit + extras	Juros	Total (a)	Aposentadorias e Pensões	Auxílios		
2019	773.155,71	1.194.174,14	1.432.909,97	71.836,42	3.472.075,24	2.435.706,70	72.077,59	2.507.784,29	1.289.092,96
2020	770.614,92	1.190.245,77	1.764.351,27	143.441,18	3.968.657,14	2.531.781,33	71.840,72	2.603.622,05	2.534.127,45
2021	767.591,27	1.185.579,60	2.069.253,17	231.948,01	4.254.372,05	2.619.192,53	71.558,84	2.690.751,37	1.563.620,68
2022	769.310,90	1.172.794,83	2.084.159,69	313.311,61	4.259.616,02	2.821.395,21	70.787,18	2.892.182,39	5.536.171,75
2023	750.422,25	1.159.061,43	2.425.459,57	409.440,39	4.754.413,74	2.908.180,29	69.958,27	3.056.138,56	1.698.275,18
2024	812.594,42	1.255.089,02	2.795.607,04	534.901,11	5.396.191,59	3.103.964,67	75.754,27	3.179.718,94	2.216.472,65
2025	797.908,07	1.232.405,26	3.158.643,31	674.781,46	5.963.738,12	3.318.130,47	74.865,13	3.392.518,60	2.471.219,52
2026	757.850,58	1.170.534,68	3.530.700,54	822.593,56	6.281.679,74	3.599.681,85	70.650,76	3.670.332,61	2.611.347,13
2027	724.192,75	1.133.094,09	3.900.853,86	994.585,00	6.762.735,71	3.830.695,09	68.445,26	3.899.140,35	2.863.615,36
2028	712.186,43	1.100.004,32	4.296.257,37	1.102.925,21	7.271.313,33	4.057.775,87	66.303,72	4.124.169,50	3.147.143,24
2029	781.208,58	1.206.612,17	4.690.048,16	1.380.616,21	8.056.485,12	4.138.015,71	72.828,32	4.210.844,03	3.847.641,09
2030	773.359,67	1.194.480,17	5.091.244,33	1.629.294,43	8.688.387,60	4.222.975,75	72.006,60	4.295.072,36	4.393.315,24
2031	764.876,96	1.181.081,41	5.490.935,42	1.909.886,87	9.355.642,66	4.327.222,24	71.287,34	4.398.509,58	4.957.133,08
2032	842.932,48	952.883,98	5.916.412,42	2.147.101,15	9.999.230,03	5.448.516,22	59.928,18	5.508.444,40	4.190.785,53
2033	620.245,74	957.397,74	6.340.617,75	2.408.362,03	10.327.813,26	5.643.781,95	57.820,53	5.701.604,40	4.626.208,78
2034	865.748,82	1.028.275,31	6.772.695,35	2.714.453,50	11.181.176,98	5.722.596,44	62.954,56	5.784.161,00	5.397.015,98
2035	642.118,90	991.781,82	7.212.790,64	3.053.125,15	11.899.820,51	5.856.685,05	59.861,66	5.916.550,71	5.983.269,80
2036	628.620,61	970.933,10	7.661.010,67	3.432.284,76	12.692.849,04	5.936.830,00	58.603,28	5.994.433,28	6.696.415,76
2037	507.302,15	783.551,23	8.117.473,61	3.804.245,87	13.214.576,86	6.500.566,44	47.293,34	6.547.859,78	6.606.717,06
2038	483.729,77	754.965,35	8.582.259,51	4.225.752,94	14.051.647,87	6.564.865,08	45.581,93	6.610.426,99	7.411.220,88
2039	479.181,57	740.117,71	9.056.610,80	4.693.282,62	14.969.192,70	6.663.829,97	44.871,79	6.708.701,76	8.299.890,94
2040	471.531,85	645.960,25	9.537.529,77	5.198.110,66	15.796.832,57	6.674.584,65	38.952,45	6.713.537,10	8.683.295,47
2041	399.651,84	617.279,87	10.029.181,96	5.757.211,53	16.802.324,60	6.852.285,13	37.257,59	6.889.542,72	9.912.781,88
2042	326.410,06	504.155,17	10.527.692,03	6.357.550,97	17.715.808,83	7.079.388,32	30.429,54	7.109.811,96	10.605.956,87
2043	318.503,83	451.943,84	11.036.191,11	7.031.529,87	18.578.568,45	6.934.848,70	29.692,56	6.964.541,26	11.914.027,17
2044	254.474,05	399.224,82	0,00	7.493.945,66	8.111.544,53	6.825.733,63	24.296,29	6.849.999,92	1.281.714,71
2045	200.309,03	309.986,40	0,00	7.529.545,54	8.039.243,97	7.301.632,24	16.673,85	7.320.306,09	718.937,88
2046	201.415,88	311.095,98	0,00	7.572.684,81	8.085.196,67	7.017.273,25	18.777,03	7.036.050,28	1.048.146,39
2047	202.458,05	312.705,65	0,00	7.635.633,60	8.150.797,31	6.704.115,44	18.874,19	6.722.987,63	1.427.809,68
2048	203.428,11	314.003,97	0,00	7.721.302,18	8.238.934,26	6.363.741,65	18.954,02	6.382.706,27	1.856.227,99
2049	62.554,74	98.309,73	0,00	7.832.575,86	7.991.340,33	5.968.569,99	5.813,03	6.004.183,02	1.987.157,31
2050	62.219,00	96.872,55	0,00	7.961.905,30	8.111.436,65	5.613.575,49	5.846,99	5.619.422,48	2.502.074,17
2051	63.065,57	97.407,64	0,00	8.102.029,75	8.262.502,96	5.189.559,89	5.879,50	5.195.439,19	3.067.063,77
2052	63.391,89	97.811,65	0,00	8.286.053,57	8.447.357,11	4.760.412,30	5.909,72	4.766.322,02	3.681.035,09
2053	63.696,62	98.380,79	0,00	8.506.915,68	8.669.952,09	4.300.975,95	5.938,04	4.306.913,99	4.342.078,10
2054	0,00	0,00	0,00	8.767.440,36	8.787.440,36	3.878.650,85	0,00	3.878.650,85	4.896.793,51
2055	0,00	0,00	0,00	9.060.887,74	9.060.887,74	3.430.522,59	0,00	3.430.522,59	5.630.365,15
2056	0,00	0,00	0,00	9.368.709,64	9.368.709,64	2.991.097,79	0,00	2.991.097,79	6.407.611,85
2057	0,00	0,00	0,00	9.783.166,36	9.783.166,36	2.564.898,98	0,00	2.564.898,98	7.218.267,38

BRA Consultoria e Sistemas - Endereço: Av. José Monteiro de Figueiredo, 212 - Sala 702 - Bairro Duque de Caxias

14





11 – PARECER ATUARIAL

Com base nos dados que nos foram fornecidos pelo Município de Brejão, podemos afirmar que tais dados estão satisfatoriamente completos para efeitos de estudos atuariais. A amplitude e a consistência dos dados estão contemplados no DRAA, que complementa este relatório, respectivamente nas abas "Avaliação Crítica" e "Tratamento da Base Cadastral".

O *Custo Mensal* está determinado com base em princípios técnicos atuariais geralmente aceitos para os planos desta natureza, ou seja, de Benefícios Definidos. A experiência é que tal Custo tenha pouca variação, se comparado à Folha Salarial envolvida, desde que as hipóteses atuariais elaboradas se verifiquem no longo prazo e as características da massa de Servidores (distribuição salarial, etária, etc.) não venham a sofrer grandes variações.

A formulação utilizada para a definição da Responsabilidade Atuarial, Estimativa de Compensação Previdenciária, a Pagar e a Receber, e das alíquotas informadas neste relatório, constam em Nota Técnica Atuarial enviada à SPS – Secretaria de Previdência Social.

As Remunerações, informadas pelo Município, foram consideradas como sendo a base contributiva (Salário de Contribuição) e a base de cálculo para a aquisição dos benefícios previdenciários (Salário de Benefício).

Recomendamos que as Contribuições sejam realizadas conforme alíquota indicada neste parecer atuarial, sendo fixada uma alíquota para o Servidor e a diferença paga pelo município. Caso as alíquotas, referentes ao Servidor, sejam fixadas distintamente, de um órgão municipal para outro, lembramos que a diferença para a alíquota total deve ser assumida pelo órgão correspondente.

Como vimos na Base Atuarial, no capítulo 3 deste relatório, a Responsabilidade Atuarial pode sofrer alterações, em razão das modificações no cenário em que o Plano se insere. Quando o Ativo Líquido não é suficiente para cobrir esta Responsabilidade, temos o Custo Especial, que equilibrará o Plano, de acordo com o cenário vigente.

O Custo Mensal, para que o Plano de Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência do Município de Brejão tenha a garantia de equilíbrio atuarial, considerando-se os comentários da página 31, é de 45,22% da Folha de Remuneração dos Servidores Ativos, considerando a Compensação Previdenciária e incluindo-se a Taxa de Administração.

Considerando que os Servidores contribuirão com 11,00% de suas remunerações, a Contribuição do Município será de 34,22%, sendo 15,96% de Custo Normal Vitalício, 1,03% de Custo Normal de Curto Prazo (Auxílios), 15,23% de Custo Especial, conforme escalonamento, e 2,00% de Taxa Administrativa sobre a folha de remuneração dos Servidores em Atividade (R\$ 540.668,33).

A alíquota mínima do Município é de 11,00% devido a paridade prevista na legislação específica (art. 2º da Lei 9.717/1998 e art. 4º da Lei 10.887/2004), o que pode ser verificado na página 23.



Documento Assinado Digitalmente por ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://eetecrce.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: c088a6fd78a4924800c-d51e93776366

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://eetecrce.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: 86fd694f5d2847209c602a0418e49705



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

Brejo-PE, 31 de dezembro de 2019.

Elisabeth Barros de Santana

Prefeita

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8